



ATO FINAL

# ICMBIO

Manual do Aprovado

ESTRATÉGIA CONCURSOS

# APRESENTAÇÃO

Olá, futuro aprovado!

Estamos chegando no nosso momento tão esperado: **A Prova do Concurso ICMBio!!!**

Trilhamos uma jornada intensa junto a você durante esses últimos meses. Foram vários cursos, aulas e simulados, tudo isso para deixá-lo cada vez mais capacitado a alcançar seu tão almejado sonho e conseguir, de uma vez por todas, se tornar um servidor público!

A essa altura do campeonato, embora o cansaço possa estar batendo, não é hora de desacelerar. Mais do que nunca, é preciso revisar, aperfeiçoar os detalhes e garantir que você estará 100% preparado no domingo, 30/03/2025.

Para ajudá-lo nessa missão, preparamos este último ebook com dicas precisas dos nossos professores a fim de melhorar ainda mais seu preparo para a prova!

Nele, você encontrará:

- **DICAS FINAIS** dos assuntos mais importantes para seu exame, preparadas pelos nossos professores.

Está preparado? Então, vamos lá!

Bons estudos e sucesso!

**Estratégia Concursos**

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	<b>0</b>
<b>SUMÁRIO</b> .....	<b>1</b>
<b>DICAS</b> .....	<b>3</b>
<b>LÍNGUA PORTUGUESA</b> .....	<b>4</b>
PONTUAÇÃO:.....	4
TEMPOS-MODOS VERBAIS.....	4
SINTAXE / CONCORDÂNCIA VERBAL:.....	4
<b>NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO</b> .....	<b>6</b>
LEI 8.112/1990 – ESTATUTO DOS SERVIDORES.....	6
PODERES ADMINISTRATIVOS.....	8
MODALIDADES DE LICITAÇÃO.....	8
RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO.....	8
<b>NOÇÕES DE INFORMÁTICA</b> .....	<b>9</b>
CRIPTOGRAFIA DE DISCO NO WINDOWS (BITLOCKER).....	9
RANSOMWARE.....	10
MODELOS DE SERVIÇO NA COMPUTAÇÃO EM NUVEM.....	10
<b>ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO</b> .....	<b>11</b>
ÉTICA.....	11
VERDADE.....	12
HIERARQUIA.....	12
BENS E DOCUMENTOS.....	12
FILAS.....	12
<b>LEGISLAÇÕES - TÓPICOS GERAIS</b> .....	<b>13</b>
LEI Nº 11.516/2006.....	13
LEI Nº 13.668/2018.....	13
LEI Nº 10.410/2002.....	13
SERVIDÃO AMBIENTAL.....	14
<b>LEGISLAÇÕES - LEI Nº 14.944/2024</b> .....	<b>14</b>
USO DO FOGO.....	14
QUEIMA CONTROLADA.....	15
QUEIMA PRESCRITA.....	15
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/GABIN/ICMBIO DECRETO Nº 12.258/2024</b> .....	<b>16</b>
CARACTERÍSTICAS DO ICMBIO.....	16
COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO ICMBIO.....	16
DIREÇÃO DO ICMBIO.....	17
PRAZOS IN 04/2024.....	17
<b>CARGO: ANALISTA AMBIENTAL</b> .....	<b>18</b>
BIODIVERSIDADE, ZOOLOGIA, BOTÂNICA E HISTÓRIA NATURAL.....	18
METAPOPULAÇÕES.....	18
BIODIVERSIDADE.....	18

ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 1 A 8, 10 E 11.....	19
FRAGMENTAÇÃO DE HABITAT.....	19
CORREDORES ECOLÓGICOS.....	19
RECURSOS FLORESTAIS - ITENS 1 A 5, 7 A 10.....	19
CÓDIGO FLORESTAL – LEI N° 12.651/2012.....	19
PROTEÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL - ITEM 3.....	20
SATÉLITE.....	20
PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) - ITENS 1, 6, 9, 10.....	20
LICENÇAS ESPECÍFICAS.....	20
ZONA DE AMORTECIMENTO E CORREDOR ECOLÓGICO.....	21
CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS).....	21
DECRETO N° 6.040/2007.....	21
PROTEÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL - ITENS 1, 2, 4 E 5.....	21
INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS DE MENOR LESIVIDADE.....	21
FATORES PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE AMBIENTAL.....	22
RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL DA PESSOA JURÍDICA.....	22
QUALIDADE DA ÁGUA.....	22
ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 12 A 20.....	23
CAÇA NO BRASIL (LEI N° 5.197/1967).....	23
SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS.....	23
ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO (CTA).....	24
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 2, 4, 6 A 11 + RECURSOS FLORESTAIS (ITEM 2).....	24
CONCESSÃO FLORESTAL.....	24
AUTODEFINIÇÃO DOS QUILOMBOLAS.....	25
DIRETRIZES DO PRONEA.....	25
EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL.....	25
PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) - ITENS 11 A 14.....	26
MODALIDADES LICITATÓRIAS.....	26
OSCIP.....	27
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ITEM 1).....	28
DIREITOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS (ART. 231 DA CF).....	28
DIREITOS DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS (ART. 68 DO ADCT).....	28
PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ART. 1º DA CF).....	28
REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS (ART. 5º DA CF).....	28
ESTATÍSTICA.....	29
BOX-PLOT.....	29
RETIRADA SEM REPOSIÇÃO.....	29
AMOSTRAGEM.....	30
POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 3 E 5.....	30
DA PROTEÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS.....	30
DO RESPEITO E DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO.....	30

DA APLICABILIDADE DA CONVENÇÃO N, 169 DA OIT ÀS QUESTÕES PENAIS.....	31
<b>CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>31</b>
ADMINISTRAÇÃO GERAL.....	31
ORGANIZAÇÃO – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	31
PROCESSO ORGANIZACIONAL.....	32
GESTÃO DE PROJETOS E GESTÃO POR PROCESSOS.....	32
GESTÃO DA QUALIDADE E EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS.....	33
EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO – PRINCIPAIS ABORDAGENS.....	33
EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL.....	34
ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTO PÚBLICO.....	34
FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA.....	34
PLANO PLURIANUAL (PPA).....	34
PLANO PLURIANUAL (PPA).....	35
ORÇAMENTO-PROGRAMA.....	36
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS.....	37
ESTOQUE DE SEGURANÇA.....	37
PONTO DO PEDIDO.....	37
CURVA ABC.....	37
GESTÃO DE PESSOAS.....	38
AVALIAÇÃO 360°.....	38
PRINCIPAIS ERROS (VIESES) NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO.....	39
ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ARH) X GESTÃO DE PESSOAS (GP).....	39
VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS MEIOS DE RECRUTAMENTO.....	40

## DICAS



PROFESSOR: FELIPE LUCCAS

### LÍNGUA PORTUGUESA

#### PONTUAÇÃO:

A vírgula é obrigatória em orações adverbiais deslocadas.

Ex: Quando reviso, memorizo melhor.

#### TEMPOS-MODOS VERBAIS

O pretérito imperfeito é empregado para referir-se a ações que apresentam certo prolongamento e continuidade, não apenas pontuais. Em suma, indica ações rotineiras, reiteradas, habituais e contínuas no passado.

Ex: Eu não tinha medo de morrer. Estávamos sempre rodeados pela morte.

O pretérito mais-que-perfeito indica uma ação passada concluída antes de outra, também passada:

Ex: Minha mãe partira (tinha/havia partido) antes de eu chegar.

## SINTAXE / CONCORDÂNCIA VERBAL:

A voz passiva sintética é formada por Verbo Transitivo Direto + SE apassivador. O sujeito passivo é determinado e expresso, a concordância é feita com seu núcleo, seguindo a regra geral.

Ex: **Alugam-se** casas. (casas são alugadas)

Ex: **Espera-se** uma prova difícil. (uma prova difícil é esperada)

Por outro lado, se o verbo não for transitivo direto, não há voz passiva. Então, se a estrutura for composta de Verbo transitivo indireto, intransitivo ou de ligação + SE, teremos sujeito indeterminado e o verbo **não vai ao plural**.

Ex: **Precisa-se** de médicos.

Ex: **Trata-se** de crises humanitárias.

Ex: **Vive-se** bem no interior.

Ex: Sempre **se está** vulnerável à dor.

---



PROFESSOR: HERBERT ALMEIDA

## NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

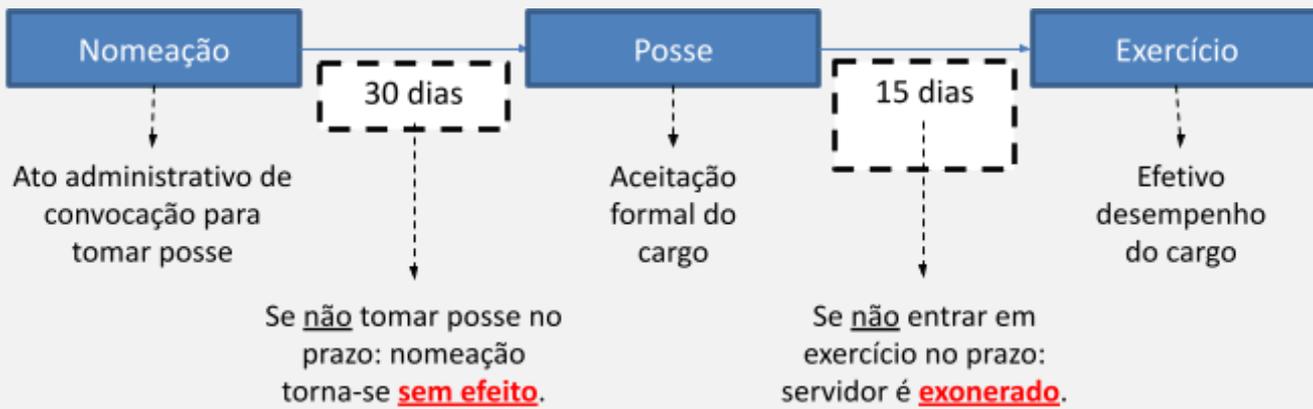
### LEI 8.112/1990 – ESTATUTO DOS SERVIDORES

#### PROVIMENTO

#### Nomeação

- **Provimento originário no cargo efetivo ou em comissão**
- **Posse:**
  - **Investidura no cargo**
  - **Momento da comprovação dos requisitos**
  - **Pode ocorrer por procuração específica**
- **Prazos:**
  - **Nomeação até a posse: até 30 dias**
  - **Posse até o exercício: até 15 dias**

**Dica: (N30P15E)**



<p><b>Promoção</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Servidor “sobe” os níveis da carreira</li> <li>• Não interrompe o tempo de exercício</li> </ul>
<p><b>Readaptação</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Limitação da capacidade física ou mental</li> </ul>
<p><b>Reversão</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retorno à atividade do servidor aposentado</li> <li>• De ofício (compulsória), insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez</li> <li>• No interesse da Administração (a pedido): solicitação, voluntária, estável, 5 anos anteriores, cargo vago</li> <li>• Limite de idade: 70 anos</li> </ul>
<p><b>Aproveitamento</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retorno à atividade do servidor que estava em disponibilidade</li> </ul>
<p><b>Reintegração</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retorno ao cargo por invalidação (anulação) da demissão</li> <li>• Decisão judicial ou administrativa</li> <li>• Indenização de todas as vantagens que deixou de perceber</li> </ul>

<b>Recondução</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Retorno ao cargo anteriormente ocupado em virtude de:             <ul style="list-style-type: none"> <li>• Reintegração do anterior ocupante</li> <li>• Inabilitação ou desistência em estágio probatório para novo cargo</li> </ul> </li> </ul>
-------------------	---

<b>REGIME DISCIPLINAR</b>	
<b>Responsabilidades</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Civil, penal e administrativa</li> <li>• Independentes e cumuláveis entre si</li> <li>• Esfera penal vincula as demais: absolvição por ausência do fato ou da autoria</li> </ul>
<b>Prescrição</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• 5 anos: demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade e destituição de cargo em comissão</li> <li>• 2 anos: suspensão</li> <li>• 180 dias: advertência</li> <li>• Se também é crime: prazo da Lei Penal;</li> <li>• Conta da data em que o fato se tornou conhecido.</li> </ul>

## **PODERES ADMINISTRATIVOS**

O **poder de polícia** fundamenta a aplicação de sanções quando a relação com o Estado é geral, como ocorre na fiscalização ambiental. Por outro lado, o poder disciplinar rege a aplicação de penalidades quando há vínculo específico (servidores e particulares com relação especial), como em um contrato administrativo.

## MODALIDADES DE LICITAÇÃO

- Pregão (obrigatório para bens e serviços comuns)
- Concorrência (obras, serviços de engenharia, especiais)
- Concurso (trabalho técnico, científico ou artístico)
- Leilão (alienação de bens móveis e imóveis)
- Diálogo competitivo (inovação / fase de diálogos / fase competitiva)

## RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

- O Estado responde objetivamente pelos danos que seus agentes causarem a terceiros.
  - A responsabilidade por danos ambientais é imprescritível e é regida pela teoria do risco integral, que não admite excludentes de responsabilidade.
- 



**PROFESSOR: RENATO DA COSTA**

## NOÇÕES DE INFORMÁTICA

### CRIPTOGRAFIA DE DISCO NO WINDOWS (BITLOCKER)

O BitLocker é uma ferramenta de criptografia de disco nativa do Windows (disponível a partir do Windows Vista e presente em edições Pro, Enterprise e Education). Seu objetivo é proteger os dados armazenados no disco rígido contra acessos não autorizados, mesmo que o dispositivo seja roubado ou perdido.

### **Possíveis pegadinhas do CESPE:**

- O BitLocker criptografa o disco inteiro – Certo! Ele protege todo o volume do sistema e pode ser ativado com autenticação por senha, chave USB ou TPM (Trusted Platform Module).
- O BitLocker protege os arquivos na nuvem – Errado! Ele atua apenas no disco local, não em arquivos armazenados em serviços de nuvem.
- O BitLocker exige obrigatoriamente o TPM – Errado! Embora o TPM aumente a segurança, é possível ativá-lo sem TPM, exigindo uma senha ou chave USB no boot.

### **RANSOMWARE**

O ransomware é um tipo de malware que criptografa os arquivos do sistema e exige resgate (ransom) em dinheiro ou criptomoedas para liberar o acesso aos dados.

### **Possíveis pegadinhas do CESPE:**

- O ransomware sequestra os arquivos e exige pagamento para restaurá-los – Certo! O objetivo principal desse ataque é extorquir a vítima em troca da chave de descriptografia.
- O ransomware pode se propagar por e-mails de phishing e sites maliciosos – Certo! O meio mais comum de infecção ocorre por meio de anexos maliciosos, links fraudulentos e exploits em sites comprometidos.
- O ransomware só atinge usuários desprotegidos sem antivírus – Errado! Embora um antivírus atualizado reduza o risco, até mesmo sistemas protegidos podem ser infectados se o usuário baixar arquivos maliciosos ou acessar links comprometidos.
- O backup regular pode ser uma forma eficaz de mitigar o impacto do ransomware – Certo! Ter backups offline e na nuvem reduz o impacto da infecção, permitindo restaurar os arquivos sem precisar pagar o criminoso.

### **MODELOS DE SERVIÇO NA COMPUTAÇÃO EM NUVEM**

Os modelos de serviço em computação em nuvem são categorizados em três principais tipos:

- ❖ **IaaS** (Infrastructure as a Service) – Infraestrutura como serviço
  - Fornece recursos básicos de TI, como servidores, armazenamento e redes.
    - Exemplo: AWS EC2, Google Compute Engine, Microsoft Azure VM.
- ❖ **PaaS** (Platform as a Service) – Plataforma como serviço
  - Fornece um ambiente de desenvolvimento completo, incluindo sistema operacional, banco de dados e ferramentas de desenvolvimento.
    - Exemplo: Google App Engine, Microsoft Azure App Services, Heroku.
- ❖ **SaaS** (Software as a Service) – Software como serviço
  - O usuário acessa aplicações prontas sem precisar instalar ou gerenciar infraestrutura.
    - Exemplo: Google Drive, Dropbox, Microsoft 365, Gmail.

**Lembre-se: IaaS → Infraestrutura, PaaS → Plataforma, SaaS → Software pronto!**



**PROFESSOR: TIAGO ZANOLLA**

## **ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO**

### **ÉTICA**

O servidor jamais pode desprezar o elemento ético de sua conduta.

### **VERDADE**

O servidor não pode omiti-la ou falseá-la, ainda que contrária aos interesses da própria pessoa interessada ou da Administração Pública.

### **HIERARQUIA**

O servidor deve ter respeito à hierarquia, porém sem nenhum temor de representar contra qualquer comprometimento indevido da estrutura em que se funda o Poder Estatal.

### **BENS E DOCUMENTOS**

É vedado retirar da repartição pública, sem estar legalmente autorizado, qualquer documento, livro ou bem pertencente ao patrimônio público.

## FILAS

Deixar o servidor público qualquer pessoa à espera de solução que compete ao setor em que exerça suas funções, permitindo a formação de longas filas caracteriza grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

---



PROFESSOR: ANDRÉ ROCHA

## LEGISLAÇÕES - TÓPICOS GERAIS

### LEI Nº 11.516/2006

O ICMBio tem a finalidade de exercer o poder de polícia ambiental para a proteção das unidades de conservação instituídas pela União, o **que não exclui** o exercício supletivo do poder de polícia ambiental pelo Ibama.

### LEI Nº 13.668/2018

Podem ser concedidos serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura, mediante procedimento licitatório.

## LEI Nº 10.410/2002

### REGRAS PARA PROGRESSÃO FUNCIONAL

- 1 ano de efetivo exercício em cada padrão
- ≥ 70% de pontuação nas avaliações de desempenho individual

### REGRAS PARA PROMOÇÃO

- 1 ano de efetivo exercício em cada padrão
- ≥ 80% de pontuação nas avaliações de desempenho individual
- Participação em eventos de capacitação

## SERVIDÃO AMBIENTAL

O detentor da servidão ambiental poderá aliená-la, cedê-la ou transferi-la, total ou parcialmente, por prazo determinado ou em caráter definitivo, em favor de outro proprietário ou de entidade pública ou privada que tenha a conservação ambiental como fim social.



**PROFESSORA: MONIK BEGNAME**

## **LEGISLAÇÕES - LEI Nº 14.944/2024**

### **USO DO FOGO**

- As queimas prescritas são permitidas quando reguladas pelo órgão ambiental competente e alinhadas ao plano de manejo integrado do fogo. Esse procedimento deve seguir as diretrizes do Comitê Nacional de Manejo Integrado do Fogo, garantindo um uso seguro e sustentável das queimadas.
- O uso do fogo na vegetação é permitido em áreas onde as condições justificam sua aplicação em práticas agrossilvipastoris. No entanto, é indispensável obter autorização prévia do órgão ambiental competente, seja para um imóvel rural específico ou de forma regionalizada, garantindo o controle da queima.
- O uso do fogo em práticas culturais e na agricultura de subsistência por povos indígenas, quilombolas e agricultores familiares é permitido sem necessidade de autorização. No entanto, deve seguir procedimentos preventivos, como escolha adequada do clima, comunicação prévia à comunidade e uso de barreiras naturais ou aceiros para evitar a propagação do fogo.

### **QUEIMA CONTROLADA**

Uso planejado, monitorado e controlado do fogo, realizado para fins agrossilvipastoris em áreas determinadas e sob condições específicas;

## QUEIMA PRESCRITA

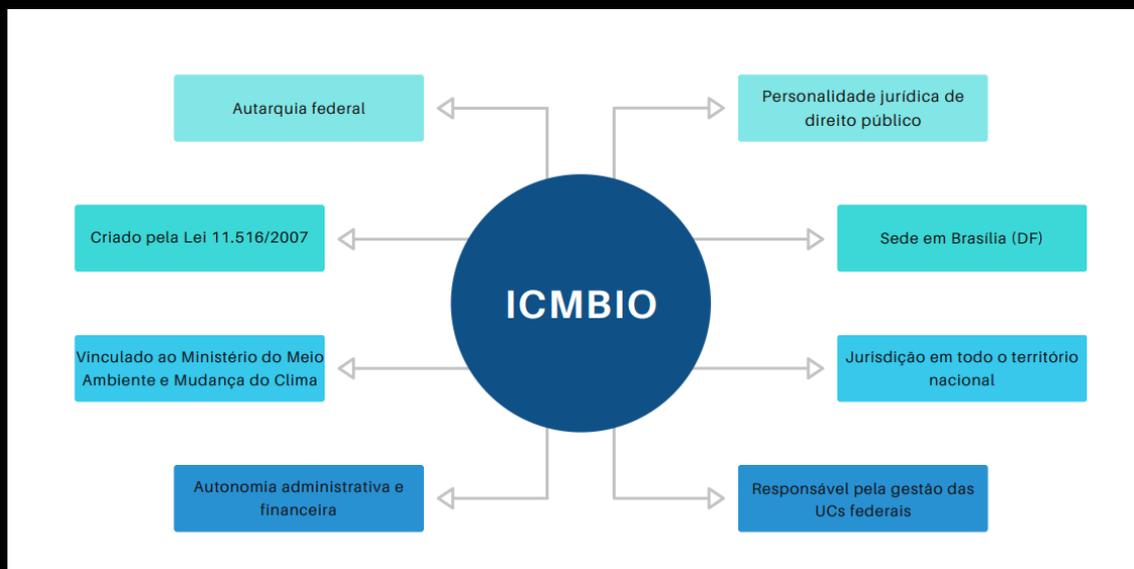
Uso planejado, monitorado e controlado do fogo, realizado para fins de conservação, de pesquisa ou de manejo em áreas determinadas e sob condições específicas, com objetivos predefinidos em plano de manejo integrado do fogo;



PROFESSOR: GUILHERME TOMASONI

### INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 4/GABIN/ICMBIO DECRETO Nº 12.258/2024

## CARACTERÍSTICAS DO ICMBIO.



## COMPOSIÇÃO DO COMITÊ GESTOR DO ICMBIO.



# Composição do Comitê Gestor

✓ Presidente do ICMBio

✓ 4 Diretores do ICMBio

## DIREÇÃO DO ICMBIO.



**UM PRESIDENTE**



**4 DIRETORES**



Diretoria de Planejamento, Administração  
e Logística



Diretoria de Criação e Manejo de  
Unidades de Conservação

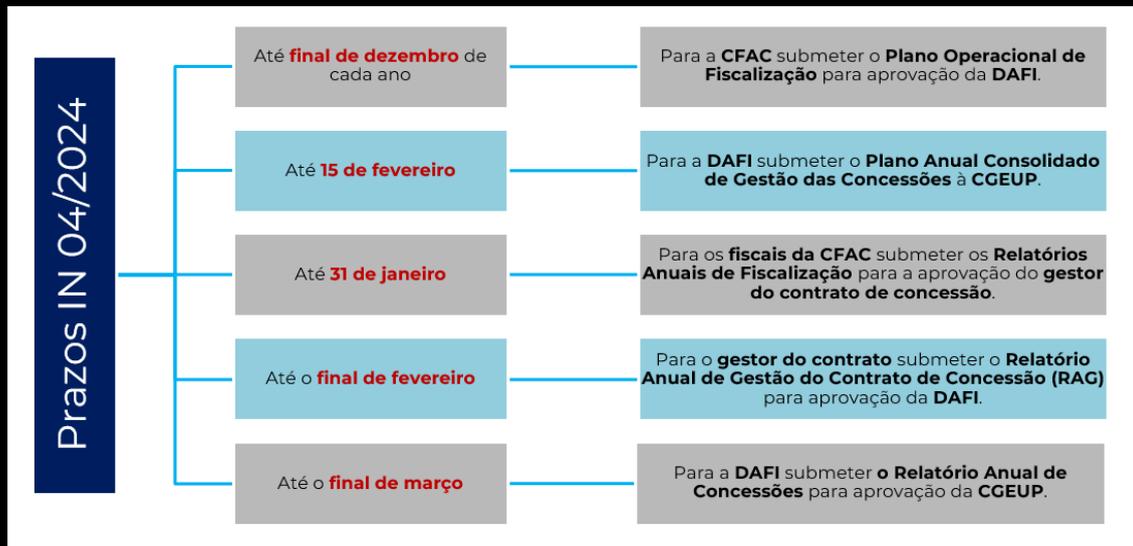


Diretoria de Ações Socioambientais e  
Consolidação Territorial em Unidades de  
Conservação



Diretoria de Pesquisa, Avaliação e  
Monitoramento da Biodiversidade

## PRAZOS IN 04/2024.



## CARGO: ANALISTA AMBIENTAL



PROFESSOR: ANDRÉ D'ÁVILA

**BIODIVERSIDADE, ZOOLOGIA, BOTÂNICA E HISTÓRIA NATURAL**

### METAPOPULAÇÕES

Metapopulação é um termo que se refere a grupos de indivíduos de uma mesma espécie ocupando territórios separados, mas que apresentam fluxo gênico mantido por movimentos migratórios. As metapopulações funcionam, neste aspecto, como uma população.

## **BIODIVERSIDADE**

Consiste em um conceito que leva em consideração a riqueza, ou seja, a quantidade de espécies, e a abundância, ou seja, quantos indivíduos de cada espécie podem ser encontrados em um ecossistema.

---

### **ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 1 A 8, 10 E 11**

## **FRAGMENTAÇÃO DE HABITAT**

Processos de fragmentação promovem o efeito de borda, resultando em alterações de parâmetros abióticos como luminosidade e umidade, gerando alterações na biodiversidade local.

## **CORREDORES ECOLÓGICOS**

Consiste em um conjunto de ecossistemas que conectam áreas protegidas, permitindo o fluxo de organismos da biota local, promovendo o fluxo gênico e a dispersão de espécies.

---



**PROFESSORA: MONIK BEGNAME**

## **RECURSOS FLORESTAIS - ITENS 1 A 5, 7 A 10**

### **CÓDIGO FLORESTAL – LEI Nº 12.651/2012**

A Lei nº 12.651/2012 permite a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente apenas em casos de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental.

---

## **PROTEÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL - ITEM 3**

### **SATÉLITE**

- **Landsat 8:** O sensor **OLI** fornece imagens de alta resolução espacial (15 m pancromático e 30 m multiespectral), com 12 bits de resolução radiométrica e 16 dias de resolução temporal. O sensor **TIRS** captura dados no infravermelho termal com resolução espacial de 100 m, 12 bits de radiometria e resolução temporal de 16 dias.
  - O Sentinel-1 utiliza radar para capturar imagens de alta resolução. Já o Sentinel-2 oferece imagens multiespectrais de alta resolução.
-



**PROFESSOR: ANDRÉ ROCHA**

## **PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) - ITENS 1, 6, 9, 10**

### **LICENÇAS ESPECÍFICAS**

O Conama deve definir, quando necessário, licenças ambientais específicas, observadas a natureza, características e peculiaridades da atividade ou empreendimento e, ainda, a compatibilização do processo de licenciamento com as etapas de planejamento, implantação e operação.

### **ZONA DE AMORTECIMENTO E CORREDOR ECOLÓGICO**

As unidades de conservação, exceto Área de Proteção Ambiental e Reserva Particular do Patrimônio Natural, devem possuir uma zona de amortecimento e, quando conveniente, corredores ecológicos.

### **CATEGORIAS DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCS)**

**UCs de Proteção Integral (objetivo: preservar a natureza):** Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

**UCs de Uso Sustentável (objetivo: compatibilizar conservação e uso):** Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

## DECRETO Nº 6.040/2007

**Povos e Comunidades Tradicionais são grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.**

### PROTEÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL - ITENS 1, 2, 4 E 5

#### INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS DE MENOR LESIVIDADE

Consideram-se infrações administrativas de menor lesividade ao meio ambiente aquelas em que a multa consolidada não ultrapasse o valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) ou, na hipótese de multa por unidade de medida, não exceda esse valor.

#### FATORES PARA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE AMBIENTAL

Para imposição e gradação da penalidade, a autoridade competente observará

##### GAS:

Gravidade do fato, tendo em vista os motivos da infração e suas consequências para a saúde pública e para o meio ambiente;

Antecedentes do infrator quanto ao cumprimento da legislação de interesse ambiental;

Situação econômica do infrator, no caso de multa.

## RESPONSABILIZAÇÃO AMBIENTAL DA PESSOA JURÍDICA

As pessoas jurídicas devem ser responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

## QUALIDADE DA ÁGUA

O IQA é composto por 9 parâmetros: oxigênio dissolvido, coliformes termotolerantes, pH, DBO<sub>5,20</sub>, temperatura da água, nitrogênio total, fósforo total, turbidez e resíduo total.

## ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 12 A 20

### CAÇA NO BRASIL (LEI Nº 5.197/1967)

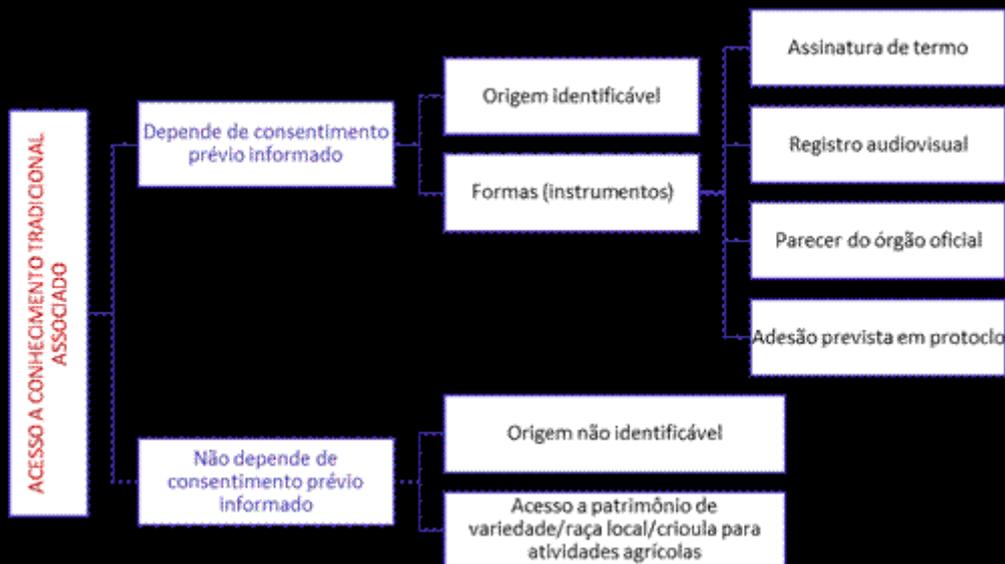
CAÇA PROFISSIONAL	<ul style="list-style-type: none"><li>• Proibida</li></ul>
CAÇA ESPORTIVA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Segundo a literalidade da Lei nº 5.197/67, pode ser licenciada de acordo com as peculiaridades regionais. Na prática, é proibida.</li></ul>
CAÇA DE CONTROLE	<ul style="list-style-type: none"><li>• Pode ser licenciada para a destruição de animais silvestres considerados nocivos à agricultura ou à saúde pública (ex.: javalis e javaporcos).</li></ul>
CAÇA CIENTÍFICA	<ul style="list-style-type: none"><li>• Trata-se, na verdade, de licença especial para a coleta de material destinado a fins científicos.</li></ul>

## SERVIÇOS ECOSISTÊMICOS

Os serviços ecossistêmicos podem ser de 4 tipos básicos:

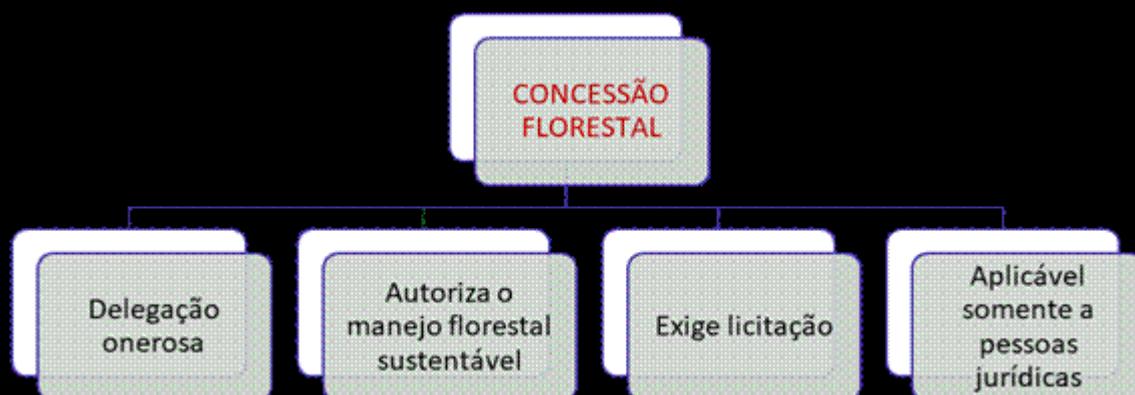
- 1) serviços de provisão: fornecem bens ambientais para consumo ou comercialização (ex.: água, alimentos, princípios ativos de medicamentos).
- 2) serviços de suporte: mantêm a perenidade da vida na Terra (ex.: ciclagem de nutrientes, decomposição de resíduos, polinização).
- 3) serviços de regulação: mantêm a estabilidade dos processos ecossistêmicos (ex.: sequestro de carbono, purificação do ar, moderação de eventos climáticos extremos).
- 4) serviços culturais: benefícios não materiais (ex.: recreação, turismo).

## ACESSO AO CONHECIMENTO TRADICIONAL ASSOCIADO (CTA)



## POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 2, 4, 6 A 11 + RECURSOS FLORESTAIS (ITEM 2)

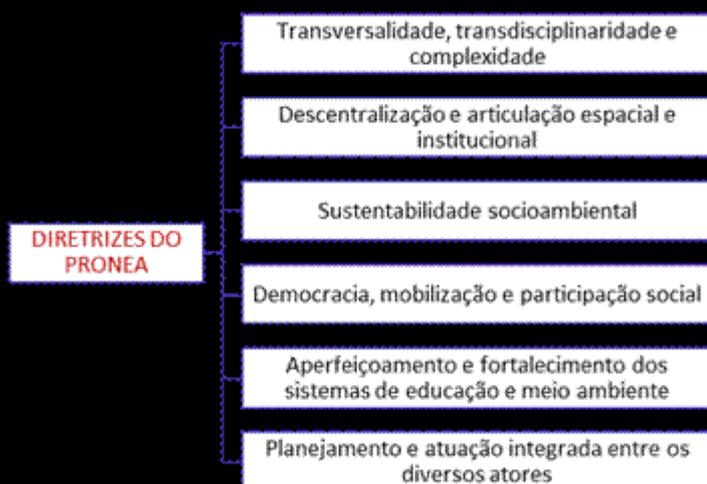
### CONCESSÃO FLORESTAL



### AUTODEFINIÇÃO DOS QUILOMBOLAS

A caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos é atestada mediante autodefinição da própria comunidade.

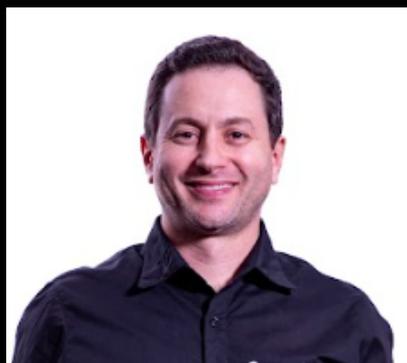
### DIRETRIZES DO PRONEA



## **EDUCAÇÃO AMBIENTAL FORMAL**

**A educação ambiental deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal, devendo a dimensão ambiental constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas. Contudo, a educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.**

---



PROFESSOR: ANTONIO DAUD

## PLANEJAMENTO E GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UC) - ITENS 11 A 14

### MODALIDADES LICITATÓRIAS

#### Concorrência

- bens e serviços especiais
- obras
- serviços de engenharia (regra)
- todos os critérios, exceto maior lance
- procedimento comum
- agente de contratação ou comissão (facultativo)

#### Pregão

- obrigatório p/ bens e serviços comuns
- inviável p/ serv. tec. especializados, obras, objetos especiais
- critérios menor preço ou maior desconto
- procedimento comum
- pregoeiro

#### Diálogo competitivo

- inovação / adaptação de soluções / definição com precisão dos requisitos
- etapas: fase dos diálogos + fase competitiva
- comissão de 3 servidores/empregados perman.

#### Concurso

- escolha de trabalho técnico, científico ou artístico (TCA)
- vencedor recebe prêmio/remuneração
- critério: melhor técnica ou conteúdo artístico

#### Leilão

- alienação de bens
- leiloeiro oficial ou servidor designado
- critério: maior lance
- procedimento: sem habilitação; sem registro cadastral prévio
- afixação do edital na sede da Admin.

## OSCIP

### Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP

- qualificação como OSCIP é ato vinculado, de competência do Ministério da Justiça e Segurança Pública
- exige-se funcionamento há pelo menos 3 anos
- celebra termo de parceria com o poder público
- selecionadas mediante concurso de projetos



PROFESSORA: NELMA FONTANA

### POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ITEM 1)

#### DIREITOS DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS (ART. 231 DA CF)

As terras tradicionalmente ocupadas pelos povos indígenas pertencem à União, mas a Constituição Federal assegura aos indígenas a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes.

## **DIREITOS DAS POPULAÇÕES QUILOMBOLAS (ART. 68 DO ADCT)**

Deve o Estado emitir títulos de propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras por ocasião da promulgação da Constituição Federal.

## **PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS (ART. 1º DA CF)**

A dignidade da pessoa humana é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil.

## **REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS (ART. 5º DA CF)**

Qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

---



**PROFESSOR: CARLOS HENRIQUE**

## **ESTATÍSTICA**

### **BOX-PLOT**

O box-plot, conhecido como Diagrama dos 5 números, é caracterizado pelo valor mínimo, primeiro quartil, segundo quartil (mediana), terceiro quartil e valor máximo. A distância entre o terceiro quartil e o primeiro quartil é conhecida como amplitude (desvio ou intervalo)

### **RETIRADA SEM REPOSIÇÃO**

No cálculo de probabilidade envolvendo retirada de pelo menos dois elementos sem reposição, podemos utilizar o conceito de combinações simples, no numerador e no denominador. No cálculo das combinações, não há necessidade de utilizarmos a fórmula. Por exemplo: Como  $C(10,3)$  possui o número 3 como segundo número, colocaremos 3 números no numerador a partir do 10 e 3 números no denominador a partir do 3.

$$C(10,3) = (10 \times 9 \times 8)/(3 \times 2 \times 1) = 120$$

### **AMOSTRAGEM**

Existem dois tipos de amostragem aleatória simples:

1 - com reposição – um item que é selecionado na amostra e retorna à amostra, podendo ser selecionado novamente.

2 - sem reposição – um item depois de escolhido uma vez, é retirado e não retorna à amostra.

---



**PROFESSORA: GÉSSICA EHLE**

**POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 3 E 5**

**DA PROTEÇÃO DE COMUNIDADES QUILOMBOLAS**

Tanto a Corte Interamericana de Direitos Humanos quanto o STF consideram que a Convenção n. 169 da OIT pode ser aplicada na proteção de comunidades quilombolas, tendo sido consagrada a "consciência da própria identidade" como critério para determinar os grupos tradicionais aos quais é aplicável.

**DO RESPEITO E DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO**

A Convenção n. 169 da OIT determina que os governos respeitem a identidade étnica e cultural, costumes e tradições dos povos indígenas e tribais, devendo assegurar o respeito e a participação dos mesmos.

## DA APLICABILIDADE DA CONVENÇÃO N, 169 DA OIT ÀS QUESTÕES PENAIS

A Convenção n. 169 da OIT deverá ser aplicada frente a conflitos de ordem penal relativos aos povos indígenas, de modo que as autoridades e os tribunais deverão levar em conta os costumes dos povos a respeito do assunto.

### CARGO: ANALISTA ADMINISTRATIVO



PROFESSORA: ELISABETE MOREIRA

#### ADMINISTRAÇÃO GERAL

#### ORGANIZAÇÃO – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

As estruturas organizacionais formais modernas são condicionadas pelo ambiente, tecnologia estratégia, ciclo de vida e tamanho da organização e apresentam os seguintes tipos:

<b>Linear</b>	<b>Unidade de comando;</b> autoridade <b>linear</b>
<b>Funcional</b>	<b>Variedade de comando;</b> autoridade de <b>staff – foco especialização</b>
<b>Linha-staff</b>	<b>Unidade de comando;</b> autoridade <b>linear e staff;</b>

<b>Divisional</b>	<b>Unidade de comando; várias unidades de negócio – foco resultado</b>
<b>Matricial</b>	<b>Variedade de comando;</b> autoridade funcional e de <b>projeto</b>
<b>Rede</b>	Parceria

## PROCESSO ORGANIZACIONAL

Conjuntamente, as funções administrativas formam o processo administrativo, cíclico, interativo, sistêmico e dinâmico, composto por:

<b>Planejamento</b>	Realiza a tomada de decisão acerca de objetivos (fins) e meios (métodos ou estratégias).
<b>Organização</b>	Estrutura, desenha, divide e aloca o trabalho, recursos, atividades, tarefas, responsabilidade e autoridade.
<b>Direção</b>	Trata das relações interpessoais de conduzir, orientar, coordenar, comunicar, motivar, recompensar e desenvolver pessoas.
<b>Controle</b>	Assegura o planejamento e estabelece os padrões; mede, monitora e mensura os resultados; compara padrões com resultados e corrige os desvios.

## GESTÃO DE PROJETOS E GESTÃO POR PROCESSOS

<b>Gestão por Processos</b>	<b>Gestão de Projetos</b>
Atividades contínuas e repetitivas.	Esforço não repetitivo e temporário.
<b>Resultado padronizado.</b>	<b>Resultado único e singular</b>
Composto por Macroprocessos, processos, atividades e tarefas.	Composto por Portfólios, programas e projetos.

Ciclo de Vida: análise (AS-IS), desenho (TO_BE), implementação, monitoramento e transformação.	Ciclo de Vida: iniciação, planejamento, execução e encerramento – preditivo, híbrido, adaptativo (ágeis).
--	---

## GESTÃO DA QUALIDADE E EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS

O Modelo de Excelência da Gestão – MEG é adaptável a todo tipo de organização, inclusive às organizações públicas, caracterizando-se como um modelo sistêmico, de aprendizado, melhoria contínua e não prescritivo.

## EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO – PRINCIPAIS ABORDAGENS

<b>Administração Científica</b>	Taylor – tarefa, formal, mecanicista.
<b>Teoria Clássica</b>	Fayol – estrutura, formal, mecanicista.
<b>Relações Humanas</b>	Elton Mayo – pessoas, informal.
<b>Neoclássica</b>	Drucker – tarefa, estrutura, pessoas, APO.
<b>Burocrática</b>	Max Weber – estrutura, formal, mecanicista.
<b>Estruturalista</b>	Etzioni e outros – tarefa, estrutura e pessoas.
<b>Comportamental</b>	Simon – pessoas, informal.
<b>Sistêmica</b>	Von Bertalanffy – sistemas técnico e humano.
<b>Contingencial</b>	Woodward – ambiente e tecnologia – tudo depende.

## EVOLUÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO BRASIL

<b>Patrimonial</b>	personalidade, corrupção, nepotismo, lealdade.
<b>Burocrático</b>	impessoalidade, formalismo, legalidade, regras, padrões, especialização, meritocracia, hierarquia, poder racional-legal.
<b>Gerencial</b>	resultado, ferramentas de gestão privada, flexibilidade, autonomia, descentralização, governança, accountability, equidade.

---



PROFESSOR: LEANDRO RAVYELLE

## ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA E ORÇAMENTO PÚBLICO

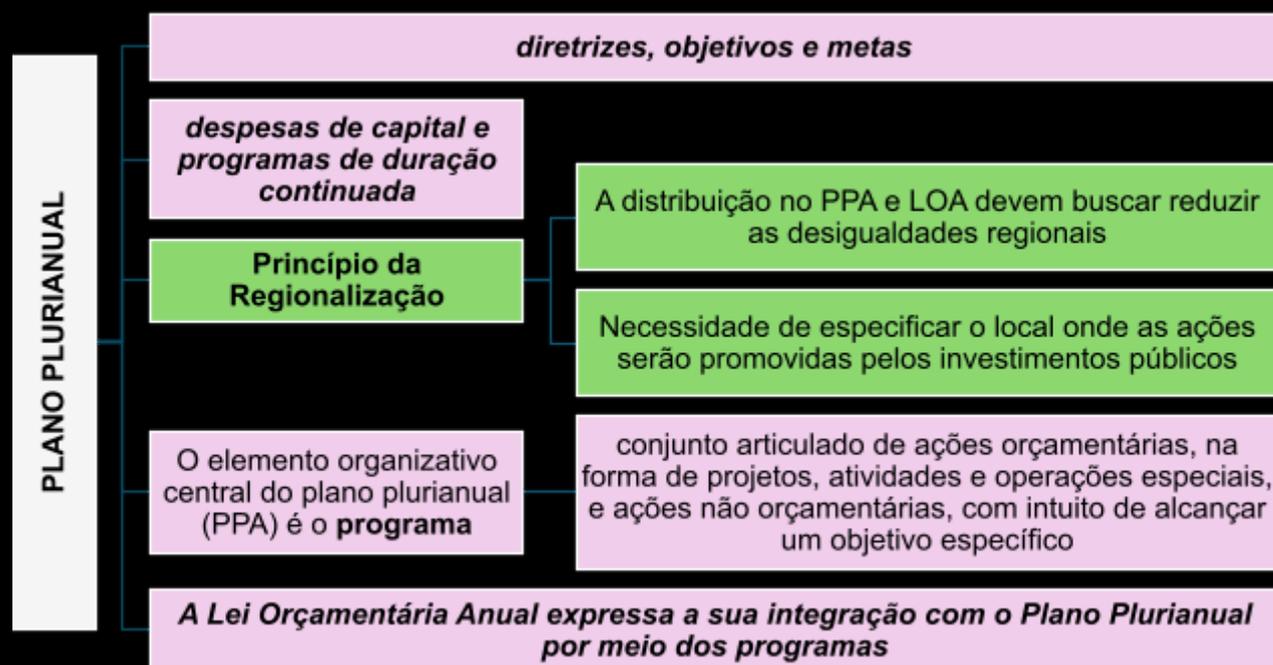
### FORMAS DE INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA

O keynesianismo basicamente estuda as medidas de intervenção do governo na economia, buscando o pleno emprego, o desenvolvimento econômico, a estabilização da moeda e a melhor distribuição da renda. Além disso, a implantação de políticas de imposto de renda negativo expressa a função distributiva do orçamento público.

### PLANO PLURIANUAL (PPA)

Compete à lei complementar dispor sobre o exercício financeiro, a vigência, os prazos, a elaboração e a organização das leis orçamentárias; bem como estabelecer normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos e dispor sobre critérios para a execução equitativa, além de procedimentos que serão adotados quando houver impedimentos legais e técnicos, cumprimento de restos a pagar e limitação das programações de caráter obrigatório que envolvem execução de emendas parlamentares impositivas.

## PLANO PLURIANUAL (PPA)



## ORÇAMENTO-PROGRAMA

Elementos essenciais do Orçamento-Programa:

<b>OBJETIVOS E PROPÓSITOS</b>	<b>perseguidos pela instituição e para cuja execução são utilizados os recursos orçamentários</b>
<b>PROGRAMAS</b>	<b>instrumento de integração dos esforços governamentais com o intuito de concretizar os objetivos</b>
<b>OS CUSTOS DOS PROGRAMAS</b>	<b>meios e insumos necessários para a obtenção dos resultados</b>
<b>MEDIDAS DE DESEMPENHO</b>	<b>medir as realizações (produto final) e os esforços despendidos na execução dos programas</b>



PROFESSOR: RICARDO CAMPANÁRIO

## ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS MATERIAIS

### ESTOQUE DE SEGURANÇA

- O estoque mais cobrado é o Estoque de Segurança ou Mínimo - Quantidade mínima possível capaz de suportar um tempo de ressuprimento (ou tempo de reposição) superior ao programado ou um consumo desproporcional (aumento inesperado da demanda, por exemplo). Só deve ser acionado em situações imprevisíveis!

### PONTO DO PEDIDO

- Ponto do Pedido – leve a fórmula para a prova (na sua cabeça!) pois é sempre muito cobrada pela banca:
  - Ponto do Pedido = Consumo Médio x Tempo de Reposição + Estoque de Segurança

### CURVA ABC

Classifica os materiais de acordo com a importância em valor (**VALOR DO ITEM X CONSUMO!**)

**Grupo A:** 20% dos itens representam 80% em importância (lei de Pareto -> 80/20). São os itens que devem ser priorizados. Alta importância concentrada em pequeno volume de itens.

**Grupo B:** 30% dos itens representam 15% em importância. Média importância

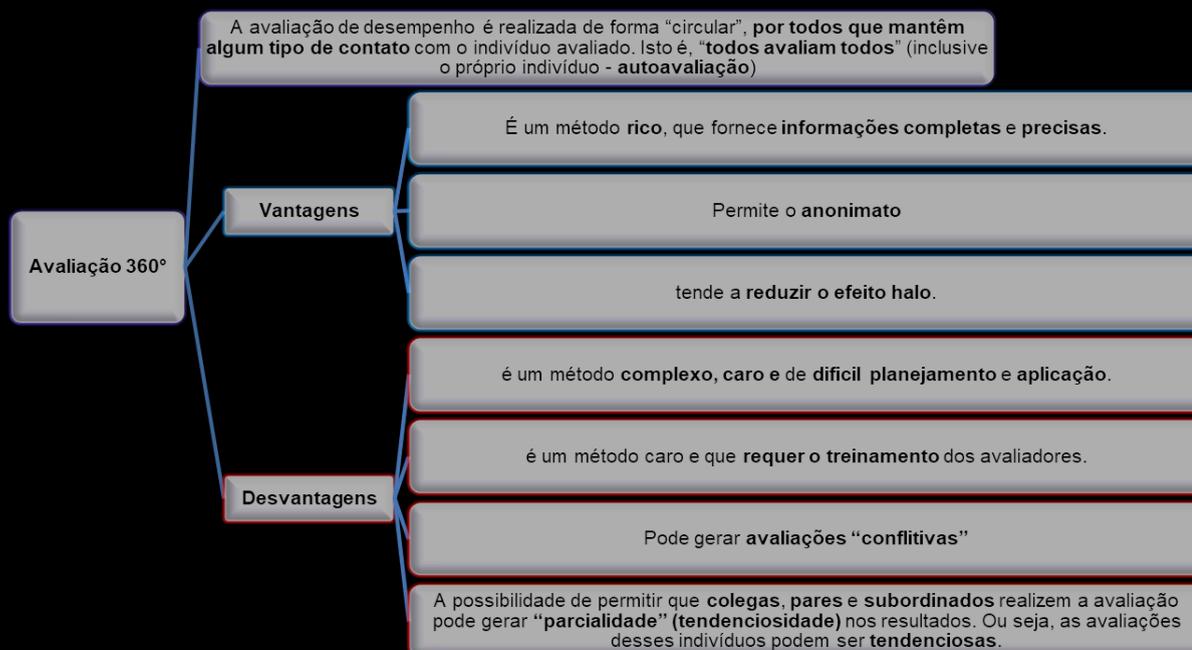
**Grupo C:** 50% dos itens representam 5% em importância. Muito volume e baixa importância.



**PROFESSOR: STEFAN FANTINI**

## **GESTÃO DE PESSOAS**

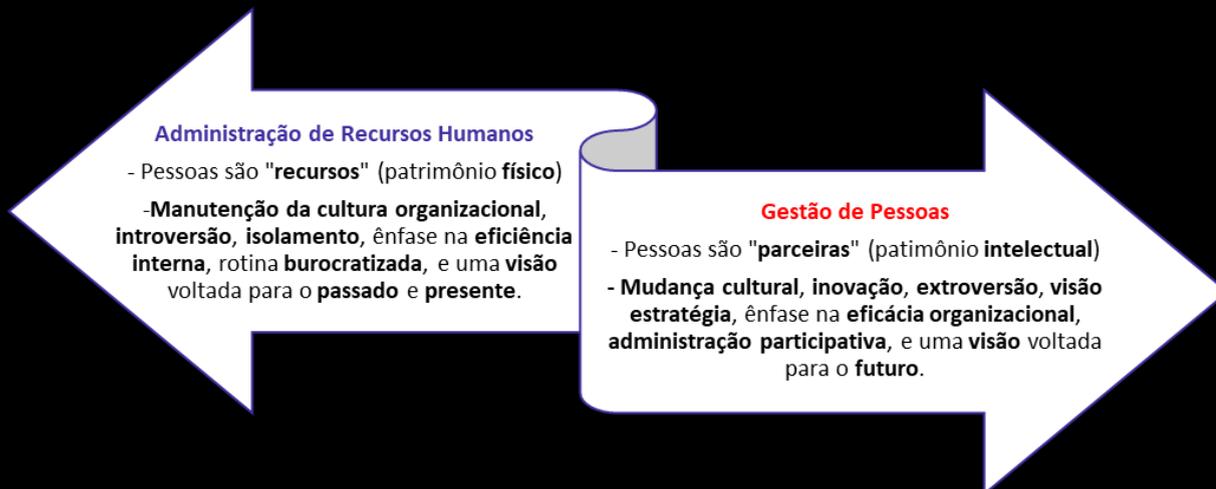
### **AVALIAÇÃO 360°**



# PRINCIPAIS ERROS (VIESES) NO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO



# ADMINISTRAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS (ARH) X GESTÃO DE PESSOAS (GP)



## VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS MEIOS DE RECRUTAMENTO

### Vantagens Recrutamento Interno

Mais barato (mais econômico)

Mais rápido

Mais seguro

Motiva, incentiva e fideliza os funcionários

Aproveita o potencial dos funcionários da empresa

Aproveita o investimento que a organização fez em treinamento e desenvolvimento

Não há necessidade de nova "integração" com a empresa

Desenvolve espírito de competição "saudável" entre os funcionários

### Desvantagens Recrutamento Interno

Pode tornar a cultura organizacional fortemente conservadora

Pode dificultar a mudança e a inovação

Favorece a manutenção do "status quo" e a rotina atual

Pode gerar frustração nos funcionários que não foram "escolhidos"

Exige a contratação de um novo funcionário para ocupar o "cargo antigo"

Pode gerar conflito de interesses

Tende a gerar o Princípio de Peter (risco de incompetência progressiva)

### Vantagens Recrutamento Externo

Renova o Know-how da empresa

Traz novas ideias e competências à organização

Renova e Enriquece os recursos humanos da organização

Renova a cultura organizacional

Favorece a flexibilidade e a adaptabilidade organizacional

Evita a ocorrência do "Princípio de Peter"

Menor investimento para desenvolver competências

### Desvantagens Recrutamento Externo

Mais caro

Mais demorado

Menos seguro

Risco de incompatibilidade entre funcionário e empresa

Pode trazer frustrações e desmotivação para os funcionários da empresa

Pode reduzir a fidelização dos funcionários

Pode afetar a política de remuneração da empresa (causar desajustes na política salarial)



**PROFESSOR: ANDRÉ D'ÁVILA**

**BIODIVERSIDADE, ZOOLOGIA, BOTÂNICA E HISTÓRIA NATURAL**

**O SISTEMA SALVE**

O sistema de avaliação do risco de extinção da biodiversidade – SALVE, tem como objetivo facilitar a gestão dos processos de avaliação de risco de extinção, coordenados pelo ICMBio. Ele já catalogou mais de 15000 espécies. Mais de 1200 estão classificadas como ameaçadas (Vulnerável + Em perigo + criticamente em perigo), sendo a maioria delas de peixes continentais.

---



**PROFESSORA: MONIK BEGNAME**

## **PROTEÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL - ITEM 3**

### **SENSORIAMENTO REMOTO**

O radar é um sistema ativo que utiliza micro-ondas para adquirir dados, independentemente do horário ou condições climáticas.

---



**PROFESSOR: ANDRÉ ROCHA**

## **PROTEÇÃO, CONTROLE E MONITORAMENTO AMBIENTAL - ITENS 1, 2, 4 E 5**

### **EMBARGO DE CONJUNTO DE POLÍGONOS**

O órgão competente pode embargar área que corresponda a conjunto de polígonos relativos ao mesmo tipo de infração ambiental, sendo que polígonos relativos ao mesmo tipo de infração ambiental podem ser agrupados por unidade de conservação.

## **ECOLOGIA, CONSERVAÇÃO E MANEJO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 12 A 20**

## **POLÍTICA NACIONAL DA BIODIVERSIDADE**

A diversidade biológica tem valor intrínseco, merecendo respeito independentemente de seu valor para o homem ou potencial para uso humano.

<p><b>POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS E CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ITENS 2, 4, 6 A 11 + RECURSOS FLORESTAIS (ITEM 2)</b></p>
--

### **MODALIDADES DE GESTÃO DAS FLORESTAS PÚBLICAS**

- 1) Criação de florestas nacionais, estaduais e municipais e sua gestão direta;
  - 2) Destinação de florestas públicas às comunidades locais.
  - 3) Concessão florestal, incluindo florestas naturais ou plantadas.
-